





**ATS BRASIL S.A.**  
**COMPANHIA FECHADA**  
**CNPJ nº 16.822.923/0001-69**  
**NIRE 33.300.304-380**

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** No dia 30 de abril de 2024, às 15 horas, na sede social da ATS Brasil S.A. (“Companhia”), localizada na Rua do Catete, nº 359, sala 401, Bloco A, CEP 22220-001, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
- 2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), em razão da presença da acionista titular das ações representativas da totalidade do capital social da Companhia.
- 3. PRESENÇA:** Presentes os representantes legais da ATG Americas Trading Group S.A., acionista titular das ações representativas da totalidade do capital social da Companhia (“Acionista”), conforme registros lavrados no Livro de Presença de Acionistas assinado e arquivado na sede da Companhia. Presentes, ainda, em atenção ao disposto no artigo 134, §1º, da Lei das Sociedades por Ações (i) o Sr. Claudio Pracownik, Diretor Presidente, representante da Administração da Companhia; e (ii) os Srs. Fabio Bobis e Luiz Costa, representantes da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. (“Ernst & Young Auditores Independentes”).
- 4. PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÃO:** Foram publicados o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (relatório da administração e demonstrações financeiras denominados, em conjunto, “Demonstrações Financeiras”), acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes da Companhia (Ernst & Young Auditores Independentes), emitido em 27 de março de 2024 (“Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes”), na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital (“SPEDE”), em 19 de abril de 2024, nos termos do artigo 294, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, conforme constante do Anexo I à presente ata. Os referidos documentos foram também colocados à disposição da Acionistas na sede da Companhia, com pelo menos 1 (um) mês de antecedência da presente data, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.
- 5. MESA:** Presidente: Sr. Francisco Gurgel do Amaral Valente; Secretária: Sra. Sabrina de Lima Martins.
- 6. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre (i) a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária na forma sumária, nos termos do artigo 130, §1º da Lei das Sociedades por Ações; (ii) as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Relatório da Ernst &

Young Auditores Independentes; e (iii) a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**7. DELIBERAÇÕES:** A Acionista, titular das ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, neste ato, aprova as seguintes deliberações, sem quaisquer ressalvas ou restrições:

7.1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária em forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

7.2. Aprovar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes, sem ressalvas, opinião adversa ou abstenção de opinião pelos auditores independentes.

7.2.1. A aprovação deliberada acima não inclui a aprovação de demonstrações financeiras, contas dos administradores e seus atos de gestão de exercícios anteriores da Companhia, tampouco outorga qualquer tipo de quitação aos administradores em relação a tais atos.

7.2.2. Por fim, recomenda-se à Companhia a realização de constante acompanhamento e aprimoramento de programa de integridade, nos termos da lei, em prol da melhor governança.

7.3. Aprovar a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2023 à conta de prejuízos acumulados, considerando que a Companhia apresentou prejuízo no montante de R\$ 12.151.721,95 (doze milhões, cento e cinquenta e um mil, setecentos e vinte e um reais e noventa e cinco centavos).

7.4. Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas na presente Assembleia Geral Ordinária.

7.5. Consigna-se, por fim, nos termos do art. 289, §3º da Lei das Sociedades por Ações, que as publicações legais obrigatórias realizadas pela Companhia deixaram de ser realizadas no Jornal Diário Comercial e passaram a ser realizadas de forma eletrônica, na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), com a anuência da Acionista da Companhia, em razão do disposto no art. 294, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, conforme previamente divulgado à Acionista da Companhia e aos seus demais interessados, mediante aviso publicado pela Companhia, na edição de 18 de abril de 2024 do Jornal Diário Comercial, na página B5, bem como na versão eletrônica do respectivo jornal, na página 8, conforme constantes do Anexo II à presente ata.

**8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a Assembleia Geral Ordinária e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, a qual, lida e achada conforme, foi por todos

os presentes assinada. Mesa: Francisco Gurgel do Amaral Valente – Presidente; Sabrina de Lima Martins – Secretária. Acionista: ATG Americas Trading Group S.A., por meio de seus representantes legais, Srs. Claudio Pracownik e Renata Conde Pimenta Tranjan.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2024.

Mesa:

DocuSigned by:  
*Francisco Gurgel do Amaral Valente*  
93D96DB094474D9...

---

Francisco Gurgel do Amaral Valente  
Presidente

DocuSigned by:  
*Sabrina de Lima Martins*  
F65E4C44557342D...

---

Sabrina de Lima Martins  
Secretária

Acionista:

**ATG AMERICAS TRADING GROUP S.A.**

DocuSigned by:  
*Claudio Pracownik*  
DC8A5241D3B7422...

---

Por: Claudio Pracownik  
Cargo: Diretor Presidente

DocuSigned by:  
*RENATA CONDE PIMENTA TRANJAN*  
CC8B6D59821D417...

---

Por: Renata Conde Pimenta Tranjan  
Cargo: Diretora sem Designação  
Específica

**ATS BRASIL S.A.**  
COMPANHIA FECHADA  
CNPJ nº 16.822.923/0001-69  
NIRE 33.300.304-380

**ANEXO I**  
**À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024**

**Publicações na Central de Balanços SPED**  
**Relatório da Administração - Demonstrações Financeiras - Parecer dos Auditores**  
**Independentes**

*[DOCUMENTOS SEGUEM NAS PRÓXIMAS PÁGINAS]*  
*[RESTANTE DA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ATS BRASIL S A

NIRE: 333.0030438-0 Protocolo: 2024/00432860-8 Data do protocolo: 20/05/2024

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 22/05/2024 SOB O NÚMERO 00006248514 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DA7C48FFB21FDFF0FBA48F1967F352F4107056429D380C9F7796E1322F09392A

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





CNPJ	Razão Social	Data de Publicação	Hash de Publicação
16.822.923/0001-69	ATS BRASIL S/A	19/04/2024 09:06:31	406DB1CF3437E8AB706AF8C152ABE84C8FC83842

**Demonstrações Contábeis Completas (DCC)**

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Origem</u>
01/01/2023	31/12/2023	Sim	Participante-Upload

Título  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS

Descrição

**Anexos**

Tipo de Anexo	Título	Descrição
---------------	--------	-----------

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ATS BRASIL S A

NIRE: 333.0030438-0 Protocolo: 2024/00432860-8 Data do protocolo: 20/05/2024

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 22/05/2024 SOB O NÚMERO 00006248514 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DA7C48FFB21FD0E0FBA48F1967F352F4107056429D380C9F7796E1322F09392A

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



**Publicante**

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
ATS BRASIL S A:16822923000169	16.822.923/0001-69	19/04/2024 09:06:31	Participante	Certificado Digital

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**

Empresa: ATS BRASIL S A

NIRE: 333.0030438-0 Protocolo: 2024/00432860-8 Data do protocolo: 20/05/2024

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 22/05/2024 SOB O NÚMERO 00006248514 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DA7C48FFB21FDFE0FBA48F1967F352F4107056429D380C9F7796E1322F09392A

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



## Resultado 2023

### Mensagem da Administração

Apresentamos as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Americas Trading System S.A. ("ATS"), acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

### Resultados

Em 2023, após o investimento realizado pelo acionista Mubadala, ATS e ACS retomaram a implantação de seus projetos. Como reflexo dessa retomada, ao longo do ano foram contratados profissionais e fornecedores, com impacto nas despesas da controladora e consolidado.

Os aumentos de despesas relacionados aos movimentos citados acima são evidenciados nas Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE) da controladora e consolidado, apresentadas a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Receita líquida</b>	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(4.444)	(5.537)	(12.105)	(5.538)
Equivalência patrimonial	(7.685)	(3)	-	-
Resultado financeiro	(22)	100	(46)	98
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(12.151)</b>	<b>(5.440)</b>	<b>(12.151)</b>	<b>(5.440)</b>

### Auditores Independentes

Informamos que os nossos auditores independentes, ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S Ltda., não prestaram em 2023 quaisquer outros serviços não relacionados à auditoria externa da Companhia.

A Administração

# Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

## ATS Brasil S.A.

31 de dezembro de 2023  
com Relatório do Auditor Independente

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ATS BRASIL S A

NIRE: 333.0030438-0 Protocolo: 2024/00432860-8 Data do protocolo: 20/05/2024

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 22/05/2024 SOB O NÚMERO 00006248514 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DA7C48FFB21FD0E0FBA48F1967F352F4107056429D380C9F7796E1322F09392A

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



# ATS Brasil S.A.

## Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2023

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas....	1
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas .....	10

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores da  
**ATS Brasil S.A.**  
Rio de Janeiro – RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ATS Brasil S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da ATS Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### *Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior*

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 14 de abril de 2023, sem modificações.

*Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor*

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

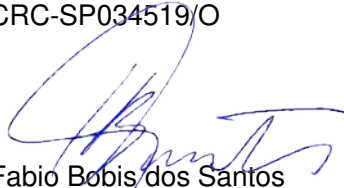
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2024.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP034519/O



Fabio Bobis dos Santos  
Contador CRC- SP244545/O

## ATS Brasil S.A.

Companhia em fase pré-operacional

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais (R\$)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	10	-	11
Impostos a recuperar	6	359	25	359	25
Outros ativos		-	-	25	-
		<b>359</b>	<b>35</b>	<b>384</b>	<b>36</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Partes relacionadas	11	-	4.229	-	-
Bloqueio judicial	9	3	1	46	4
Investimentos	7	8.264	4.759	-	-
Intangível	8	22.562	22.562	34.682	34.144
		<b>30.829</b>	<b>31.551</b>	<b>34.728</b>	<b>34.148</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>31.188</b>	<b>31.586</b>	<b>35.112</b>	<b>34.184</b>

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores		3	-	3	-
Partes relacionadas	11	2.183	-	5.667	-
Impostos a pagar		1	1	111	2
Salários e encargos sociais		70	70	400	86
		<b>2.257</b>	<b>71</b>	<b>6.181</b>	<b>88</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Salários e encargos sociais		18	88	18	92
Partes relacionadas	11	-	3.117	-	5.694
Contingência	9	6.094	5.729	6.094	5.729
		<b>6.112</b>	<b>8.934</b>	<b>6.112</b>	<b>11.515</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	12.389	-	12.389	-
Capital social	10	20.001	20.001	20.001	20.001
Reserva de capital	10	27.325	27.325	27.325	27.325
Prejuízos acumulados		(36.896)	(24.745)	(36.896)	(24.745)
		<b>22.819</b>	<b>22.581</b>	<b>22.819</b>	<b>22.581</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>31.188</b>	<b>31.586</b>	<b>35.112</b>	<b>34.184</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## ATS Brasil S.A.

Companhia em fase pré-operacional

Demonstrações dos resultados  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
Em milhares de reais (R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		<b>(4.444)</b>	<b>(5.537)</b>	<b>(12.105)</b>	<b>(5.538)</b>
Pessoal e encargos		(2.504)	(105)	(6.989)	(161)
Instalações		(29)	-	(93)	-
Tecnologia da informação		(23)	-	(57)	-
Viagens e representações		(32)	-	(163)	-
Serviços de terceiros		(1.456)	(65)	(4.334)	(107)
Contingências	9	(365)	(5.362)	(365)	(5.214)
Outras despesas operacionais		(35)	(5)	(104)	(56)
<b>Equivalência patrimonial</b>	7	<b>(7.685)</b>	<b>(3)</b>	-	-
<b>Resultado operacional antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>(12.129)</b>	<b>(5.540)</b>	<b>(12.105)</b>	<b>(5.538)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(22)</b>	<b>100</b>	<b>(46)</b>	<b>98</b>
Receitas financeiras		3	114	3	114
Despesas financeiras		(25)	(14)	(49)	(16)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(12.151)</b>	<b>(5.440)</b>	<b>(12.151)</b>	<b>(5.440)</b>
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	-
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(12.151)</b>	<b>(5.440)</b>	<b>(12.151)</b>	<b>(5.440)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## ATS Brasil S.A.

Companhia em fase pré-operacional

Demonstrações dos resultados abrangentes

31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais (R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Prejuízo do exercício</b>	(12.151)	(5.440)	(12.151)	(5.440)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b>(12.151)</b>	<b>(5.440)</b>	<b>(12.151)</b>	<b>(5.440)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## ATS Brasil S.A.

Companhia em fase pré-operacional

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais (R\$)

	<b>AFAC</b>	<b>Capital social</b>	<b>Reserva de capital</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	-	20.001	27.325	(19.305)	28.021
Prejuízo do exercício	-	-	-	(5.440)	(5.440)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	-	20.001	27.325	(24.745)	22.581
Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC")	12.389	-	-	-	12.389
Prejuízo do exercício	-	-	-	(12.151)	(12.151)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>12.389</b>	<b>20.001</b>	<b>27.325</b>	<b>(36.896)</b>	<b>22.819</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## ATS Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
Em milhares de reais (R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Das atividades operacionais</b>				
Prejuízo antes dos impostos	(12.152)	(5.440)	(12.152)	(5.440)
<b>Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:</b>				
Provisão de contingências	365	5.362	365	5.214
Resultado de equivalência patrimonial	(3.505)	3	-	-
	<b>(15.292)</b>	<b>(75)</b>	<b>(11.786)</b>	<b>(226)</b>
<b>Varição nos ativos e passivos operacionais:</b>				
Outros ativos	-	-	(25)	-
Impostos a recuperar	(334)	3	(334)	53
Bloqueio Judicial	(2)	1.762	(42)	1.764
Fornecedores	2	-	3	-
Salários e encargos sociais	(70)	(71)	240	(85)
Impostos a pagar	-	-	109	1
Partes relacionadas	3.297	(1.613)	(26)	(1.503)
<b>Caixa (consumido) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(12.399)</b>	<b>6</b>	<b>(11.862)</b>	<b>4</b>
<b>Das atividades de investimento:</b>				
Aquisição de intangível	-	-	(538)	-
<b>Caixa consumido nas atividades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(538)</b>	<b>-</b>
<b>Das atividades de financiamento:</b>				
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.389	-	12.389	-
<b>Caixa gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>12.389</b>	<b>-</b>	<b>12.389</b>	<b>4</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(10)</b>	<b>6</b>	<b>(11)</b>	<b>4</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício	10	4	11	7
No final do exercício	-	10	-	11
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(10)</b>	<b>6</b>	<b>(11)</b>	<b>4</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# ATS Brasil S.A.

Companhia em fase pré-operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A ATS Brasil S.A. (“ATS” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia tem como principal atividade a administração de mercado organizado nos termos da Resolução 135 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Companhia e sua controlada (conjuntamente, “o Grupo”) estão em fase pré-operacional e o início de suas atividades depende das autorizações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central (BACEN).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da ATS em 27 de março de 2024.

## 2. Principais políticas contábeis

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2023, foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Foram evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração destaca que apesar de a Companhia ter apresentado durante o exercício de 31 de dezembro de 2023, prejuízo de R\$ 12.151, passivo circulante da Companhia exceder o total do ativo em R\$ 1.898 e R\$ 5.797 na controladora e consolidado, respectivamente e, também, ter apresentado prejuízo acumulado de R\$ 36.896 em 31 de dezembro de 2023, mesmo assim, obtém o devido suporte dos acionistas, e se mantém responsável pelo cumprimento de todas as obrigações societárias, fiscais, tributárias e demais obrigações típicas da Companhia.

### 2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A apresentação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da ATS no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

## ATS Brasil S.A.

Companhia em fase pré-operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Principais políticas contábeis--Continuação

### 2.3. Mudança nas principais políticas contábeis

Até o exercício de 2022, a Companhia apresentava suas demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. No entanto, visando aprimorar a qualidade e relevância das informações contidas nas demonstrações financeiras, o Grupo optou pela adoção do CPC completo na aplicação das práticas contábeis da Companhia para o exercício de 2023 e de forma prospectiva.

Após a avaliação da adoção do CPC completo, a Companhia identificou a necessidade de ajuste em suas práticas contábeis conforme segue:

#### CPC 04 (R1) – Ativo Intangível:

O CPC PME (R1) não permite reconhecer como ativo intangível um ativo oriundo de gastos incorridos internamente, assim, a aplicação do CPC 04 (R1) proporcionou à Companhia reconhecer como ativo intangível certos gastos incorridos internamente no desenvolvimento de ativos, como por exemplo, software. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu os gastos incorridos durante o ano como ativo intangível na rubrica de software, e estão divulgados na nota explicativa nº 8, e as respectivas práticas contábeis divulgadas na nota de nº 2.11.

### 2.4. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

As alterações de normas e novas normas que entraram em vigor em 2023 não são aplicáveis ou não tiveram impactos materiais para o Grupo, na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A seguir, são apresentadas as revisões em vigor e que não produziram impactos significativos:

- Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20/2021: Impactos nos pronunciamentos técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 11 – Contratos de seguro, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros evidenciação, CPC 49 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefícios de aposentadoria, CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária, CPC 32 – Tributos sobre o lucro e CPC 47 – Receita de contrato com cliente.
- Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21/2022: Impactos nos pronunciamentos técnicos CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, CPC 48 – Instrumentos financeiros, CPC 47 – Receita de contrato com cliente, CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados, CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto, CPC 39 – Instrumentos financeiros - Apresentação, CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos, CPC 25 –

## ATS Brasil S.A.

Companhia em fase pré-operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Principais políticas contábeis--Continuação

### 2.4. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes--Continuação

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e CPC 04 (R1) – Ativo intangível, CPC 28 – Propriedade para investimento.

- Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 22/2022: Este documento de revisão apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, CPC 27 - Ativo Imobilizado, CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos e CPC 41 - Resultado por Ação.

A seguir, apresentamos a revisão que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2024:

- Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23/2023: Impactos nos pronunciamentos técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis Demonstrações consolidadas e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

### 2.5. Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos da ATS e da empresa controlada, conforme demonstrado a seguir:

<b>Participação Direta</b>	<b>Participação %</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Americas Clearing System S.A. ("ACS")	100,00	100,00

A entidade Americas Clearing System S.A. ("ACS") é uma sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro. A empresa tem como principal atividade prestar serviços de registro, compensação, liquidação física e financeira de operações à vista e futuras, realizadas com qualquer espécie de valores mobiliários, títulos, direitos e ativos, negociados em mercados de bolsa administrados pela ATS. A ACS está em fase pré-operacional, o início de suas atividades depende de autorização do BACEN.

Controlada é toda entidade na qual o Grupo detém o controle. A partir da data em que o controle é transferido para o Grupo, a controlada passa a ser consolidada nas demonstrações financeiras. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos, os passivos, as receitas e as despesas são somados de acordo com a sua natureza no processo de consolidação, excluindo as transações realizadas entre as companhias, o investimento da

Companhia é eliminado contra o patrimônio líquido da controlada. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação evidencie uma redução ao valor recuperável (impairment).

## ATS Brasil S.A.

Companhia em fase pré-operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Principais políticas contábeis--Continuação

### 2.6. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a “moeda funcional”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é moeda funcional da ATS e, também, a moeda de apresentação do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

### 2.7. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera equivalentes de caixa os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, as quais estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros registrados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

### 2.8. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

#### Ativos financeiros

##### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros no reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado e, subsequentemente, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo são mensurados pelo preço de transação.

## ATS Brasil S.A.

Companhia em fase pré-operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Principais políticas contábeis--Continuação

### 2.8. Instrumentos financeiros--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto.

#### *Mensuração subsequente*

#### i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se as seguintes condições forem atendidas: (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizados são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, mútuos e outras contas a receber.

#### ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge*. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria inclui principalmente as aplicações financeiras e instrumentos derivativos.

## **ATS Brasil S.A.**

Companhia em fase pré-operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.8. Instrumentos financeiros--Continuação**

#### *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo ou “repasso”; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

#### *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia reconhece uma provisão para perdas esperadas de créditos para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas esperadas de crédito baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. A Companhia reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas em cada data-base.

Para instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a Companhia aplica a simplificação do baixo risco de crédito permitida. Em cada data de reporte, a Companhia avalia se o instrumento de dívida é considerado como de baixo risco de crédito usando as informações razoáveis que estejam disponíveis. Ao fazer esta avaliação, a Companhia reavalia a classificação de risco de crédito interna do instrumento de dívida.

#### Passivos financeiros

#### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos ou contas a pagar.

## ATS Brasil S.A.

Companhia em fase pré-operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Principais políticas contábeis--Continuação

### 2.8. Instrumentos financeiros--Continuação

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar.

#### *Mensuração subsequente*

#### i) Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos contraídos estão sujeitos a juros que são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização por este método é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

#### ii) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas neste tipo de passivo são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

## **ATS Brasil S.A.**

Companhia em fase pré-operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.8. Instrumentos financeiros--Continuação**

#### Compensação de instrumento financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de se realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente, se considerado relevante. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

### **2.10. Investimentos**

Os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, acrescidos de ágio ou deduzidos do ganho por compra vantajosa sobre a mais valia dos ativos, quando aplicável.

### **2.11. Intangível**

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e das perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual para análise de perda no seu valor recuperável.

#### *Software e projetos*

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

## ATS Brasil S.A.

Companhia em fase pré-operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Principais políticas contábeis--Continuação

### 2.11. Intangível --Continuação

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. A despesa de amortização é reconhecida no resultado.

### 2.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

## **ATS Brasil S.A.**

Companhia em fase pré-operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.13. Provisões**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25.

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

Os passivos contingentes não são reconhecidos, pois não se espera que saídas de recursos sejam requeridas para sua liquidação ou não seja possível mensurar o montante da obrigação com confiabilidade, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras em decorrência das incertezas sobre as suas realizações.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de fiscalizações ou exposições adicionais identificadas.

## **ATS Brasil S.A.**

Companhia em fase pré-operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.14. Impostos**

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é calculado com base no lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 e a contribuição social pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos no balanço patrimonial. Eles são apresentados no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

### **2.15. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### **2.16. Segregação entre circulante e não circulante**

O grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou se pretende que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

## **ATS Brasil S.A.**

Companhia em fase pré-operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.16. Segregação entre circulante e não circulante --Continuação**

Todos os demais ativos são classificados como não circulante. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

O grupo classifica todos os demais passivos como não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

### **2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

### **2.18. Mensuração do valor justo**

O grupo mensura os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço. O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá:

- No principal mercado para o ativo ou passivo.
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pelo grupo. O valor justo de um ativo ou um passivo é medido usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em conta a capacidade de um participante do mercado para gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso.

## ATS Brasil S.A.

Companhia em fase pré-operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Principais políticas contábeis--Continuação

### 2.18. Mensuração do valor justo--Continuação

O grupo usa técnicas de avaliação que são apropriados nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável.

## 3. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis relevantes e o exercício de julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas da ATS. Determinadas premissas e estimativas foram adotadas em decorrências de experiências históricas e outros fatores considerados como relevantes. Os resultados reais em exercícios futuros poderão divergir dos estimados em decorrência de variáveis, estimativas ou condições diferentes daquelas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e reconhecidas prospectivamente.

As premissas que requerem maior nível de julgamento, possuem maior complexidade e são relevantes para as demonstrações financeiras são:

### *Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes*

A revisão por redução ao valor recuperável para ativos circulantes reflete a melhor estimativa do Grupo sobre os fluxos de caixa futuros das unidades geradoras de caixa (UGC) e a determinação do valor justo é realizada com base em dados não observáveis significativos e envolvem variáveis e incertezas nas projeções dos fluxos de caixa, tais como premissas macroeconômicas, taxa de desconto, percentual de crescimento, entre outros.

## ATS Brasil S.A.

Companhia em fase pré-operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis significativas --Continuação

*Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, ativos e passivos contingentes*

O Grupo revisa periodicamente suas contingências nos termos das diretrizes de avaliação de contingências da ATS, que também leva em consideração a análise dos escritórios externos responsáveis pela demanda. A classificação da probabilidade de perda e os valores estimados podem divergir dos valores efetivamente realizados em decorrência de fatores externos não controláveis pela ATS.

### 4. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia é efetuada por estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O quadro abaixo demonstra todos os instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, segregados por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Ativos financeiros</b>				
<i>Custo amortizado</i>				
Caixa e equivalentes de caixa (nível 1)	-	10	-	11
Partes relacionadas (nível 2)	-	4.229	-	-
	<u>-</u>	<u>4.239</u>	<u>-</u>	<u>11</u>
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Passivos financeiros</b>				
<i>Custos amortizados</i>				
Fornecedores (nível 2)	3	-	3	-
Outras obrigações (nível 2)	2.183	3.117	5.667	5.694
	<u>2.186</u>	<u>3.117</u>	<u>5.670</u>	<u>5.694</u>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é definido como sendo o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes envolvidas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não havia diferenças significativas entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros do grupo. O grupo não possui instrumentos financeiros que não estejam registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023 e 2022, como também não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos.

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

## **ATS Brasil S.A.**

Companhia em fase pré-operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **4. Instrumentos financeiros--Continuação**

Administração da Companhia orienta a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais. Os principais fatores de risco que afetam os negócios são:

#### Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista a pulverização da receita em diversos clientes e a solidez financeiras desses clientes, que em sua maioria são instituições financeiras de primeira linha.

#### Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir caixa suficiente para cobrir seus compromissos financeiros por causa de algum descompasso entre o prazo e/ou o volume dos recebimentos em relação aos pagamentos (representados principalmente por contas a receber de clientes e fornecedores a pagar). A diretriz do Grupo é trabalhar com premissas de saldos mínimos de caixa, que variam conforme o cronograma de investimentos, e de cobertura financeira das obrigações, onde a geração de caixa projetada tem que superar as obrigações contratadas, mitigando assim o risco de liquidez.

#### Risco cambial

Se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia incorrer perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados em moedas estrangeiras.

#### Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é uma variável financeira que diz respeito à possibilidade de as oscilações nas taxas de juros terem impactos adversos na Companhia. Ou seja, trata-se da incerteza vinculada aos efeitos das variações nas taxas de juros sobre as operações financeiras e os resultados de uma entidade.

Para mitigar esse risco, a empresa adota uma abordagem de gerenciamento ativo, realizando monitoramento constante e ajuste proativo das posições de forma a reagir às mudanças nas condições do mercado, especialmente no que diz respeito às movimentações nas taxas de juros.

#### Gestão de capital

A gestão de capital engloba um processo contínuo de monitoramento e controle dos recursos financeiros mantidos pelo Grupo. Esse processo inclui a avaliação constante da necessidade de capital para fazer face aos riscos assumidos, bem como o planejamento de necessidades de capital alinhadas ao plano estratégico da Companhia.

## ATS Brasil S.A.

Companhia em fase pré-operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Instrumentos financeiros--Continuação

A Diretoria Financeira, assim como as demais áreas, busca encontrar um equilíbrio entre rentabilidade vis-à-vis o risco incorrido, de modo a evitar exposição do seu patrimônio e prevenir impactos de oscilações bruscas de mercado. Com o objetivo de manter uma administração de capital saudável, a Companhia adota uma política de preservação de liquidez, monitorando continuamente o fluxo de caixa de curto e longo prazo.

### 5. Caixas e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos (1)	-	10	-	11

(1) As disponibilidades são mantidas em instituições financeiras domiciliadas no Brasil e no exterior, amplamente reconhecidas por sua solidez e com baixo risco de crédito.

### 6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IR, IRRF e CS	3	25	3	25
Crédito ref. recolhimentos indevidos	356	-	356	-
	<b>359</b>	<b>25</b>	<b>359</b>	<b>25</b>

### 7. Investimentos

#### Movimentação dos investimentos

<u>Controladora</u>	<u>ACS</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.762
Equivalência patrimonial	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<b>4.759</b>
AFAC (1)	11.190
Equivalência patrimonial	(7.685)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<b>8.264</b>

(1) Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 30 de novembro de 2023 foi autorizado à diretoria da Companhia para realizar Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") em favor da ACS, em montante de R\$ 20.000, a ser convertido em capital no prazo de até 90 dias.

## ATS Brasil S.A.

Companhia em fase pré-operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Investimentos--Continuação

#### Resumo das informações financeiras

<b>Controladora</b>	<b>ACS</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Ativo</b>		
Circulante	25	1
Não circulante	12.164	11.586
<b>Passivo</b>		
Circulante	3.925	17
Não circulante	-	6.811
<b>Patrimônio líquido</b>	8.264	4.758
Despesas	7.685	3
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>7.685</b>	<b>3</b>

### 8. Intangível

<u>Movimentação</u>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>Softwares em desenvolvimento</b>	<b>Softwares em desenvolvimento</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>22.562</b>	<b>34.144</b>
Adições	-	-
Amortização	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>22.562</b>	<b>34.144</b>
Adições	-	538
Amortização	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>22.562</b>	<b>34.682</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>		
Custo	22.562	34.144
Amortização acumulada	-	-
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>22.562</b>	<b>34.144</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		
Custo	22.562	34.682
Amortização acumulada	-	-
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>22.562</b>	<b>34.682</b>

## ATS Brasil S.A.

Companhia em fase pré-operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Contingências

A Companhia e sua entidade controlada, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais classificando-as por probabilidade de perda em provável, possível e remota.

#### Perdas prováveis

A Companhia considerou necessária a constituição de provisões para demandas judiciais com prognóstico de perda classificadas como provável, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contingência trabalhista (1)	5.734	5.346	5.734	5.346
Contingência tributária (2)	360	383	360	383
	<b>6.094</b>	<b>5.729</b>	<b>6.094</b>	<b>5.729</b>

- (1) As contingências trabalhistas são relativas a processos aonde ocorreram aglomerações de ações judiciais nas quais as companhias foram incluídas no polo passivo por Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, que se encontram em diversas fases processuais, contra empresas de ex-sócio e diretor da Companhia. Tais ações pleiteiam pagamento de comissões, verbas rescisórias, adicional de insalubridade e periculosidade, horas extras, diferenças de vale transporte e recolhimentos de FGTS.
- (2) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os valores provisionados são R\$360 na controladora e no consolidado e versam sobre IOF sobre mútuos não recolhidos (em 2022, R\$383 tanto na controlada quanto no consolidado).

#### Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.729	5.729
Adições	365	365
Baixas	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<b>6.094</b>	<b>6.094</b>

## ATS Brasil S.A.

Companhia em fase pré-operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Contingências--Continuação

#### Perdas possíveis

Existem outros processos de natureza trabalhistas e tributárias que foram avaliados pelos assessores jurídicos com prognóstico de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída uma vez que a Administração entende que não existe uma obrigação presente em 31 de dezembro de 2023 e 2022, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ações trabalhistas (1)	-	43	-	43
Ações tributárias (2)	2.874	1.517	2.874	1.517
	<b>2.874</b>	<b>1.560</b>	<b>2.874</b>	<b>1.560</b>

- (1) A contingência trabalhista constituída em 2022 é referente a um processo incluído no polo passivo e foi encerrado em 2023 com êxito da empresa e devolução do depósito recursal efetuado pela ATG no processo.
- (2) A ação tributária constante nesse relatório é referente a uma cobrança recebida pela ATS no ano de 2017. Trata-se de um auto de infração lavrado pela Coordenadoria de ISS e Taxas da Secretaria do Município do Rio de Janeiro relativo à cobrança de ISS sobre uma operação cambial. Em 2021, a Empresa protocolou petição atendendo à solicitação de apresentação de documentos e esclarecimentos requeridos pela Fazenda. O valor da causa estimado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$2.874 (em 2022, o valor de causa estimado era de R\$1.517).

#### Bloqueio judicial

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Bloqueio judicial	3	1	46	4

Os bloqueios judiciais apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, corresponde a bloqueios originados em decorrência de processos trabalhistas provisionadas no balanço.

## ATS Brasil S.A.

Companhia em fase pré-operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Patrimônio líquido

#### Capital social

Em AGE realizada em 30 de novembro de 2023, foi aprovada a redução do capital da ATS, no valor de R\$12.675. Tal valor corresponde ao saldo de capital pendente de integralização na Companhia. Essa integralização pendente seria destinada à conta de reserva de capital e foi extinta como resultado da referida redução de capital.

A redução de capital no montante indicado acima implicou no cancelamento de 2.030.549 (dois milhões, trinta mil, quinhentas e quarenta e nove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de forma que o número total de ações representativas do capital social foi reduzido de 12.000.000 (doze milhões) para 9.969.451 (nove milhões, novecentas e sessenta e nove mil, quatrocentas e cinquenta e uma) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

A redução se tornou eficaz em 6 de fevereiro de 2024, tendo em vista que não houve oposição pelos credores quirografários no prazo legal de 60 dias após a publicação da referida deliberação. Nesse momento, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 20.001, dividido em 9.969.451 (nove milhões, novecentas e sessenta e nove mil, quatrocentas e cinquenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição dos acionistas da ATS e o Capital Social no encerramento de cada exercício estão apresentados no quadro a seguir:

2022 e 2023		
Acionista	Ações	Capital Social
ATG Americas Trading Group S.A.	12.000.000	20.001
<b>Total</b>	<b>12.000.000</b>	<b>20.001</b>

#### Reserva legal

Conforme previsto pelo estatuto da Companhia e na Lei 6.404/76, a reserva legal deve ser constituída anualmente, se aplicável, com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. No exercício de 2023, a Companhia não destinou a parcela de 5% de reserva legal por ter apresentado prejuízo no exercício.

## ATS Brasil S.A.

Companhia em fase pré-operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Partes relacionadas

No curso de seus negócios, a ATS, a entidade controlada (ACS), a entidade controladora (ATG) e outras partes relacionadas realizam transações entre si. Essas transações incluem principalmente operações de mútuo e valores a receber/pagar em função de contratos de compartilhamentos de recursos. Os principais saldos passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 decorrem de transações conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Ativo circulante</b>				
<b>Transações – Mútuos</b>				
ACS	-	4.229	-	-
	-	<b>4.229</b>	-	-
<b>Passivo circulante</b>				
<b>Transações – Compartilhamento de recursos</b>				
ATG	2.183	-	5.667	-
	<b>2.183</b>	-	<b>5.667</b>	-
<b>Passivo não circulante</b>				
<b>Transações – Mútuos</b>				
ATG	-	3.117	-	5.694
	-	<b>3.117</b>	-	<b>5.694</b>

#### Operações de compartilhamento de recursos

Em 29 de dezembro de 2023 foi assinado contrato de compartilhamento de custos e despesas entre a ATG, ATS e ACS (com efeitos retroativos à 01 de março de 2023). O instrumento tem por objetivo estabelecer a forma de compartilhamento da estrutura administrativa entre as partes, mediante a concentração das despesas na ATG e/ou na ATS, e posterior rateio com as demais entidades.

## **ATS Brasil S.A.**

Companhia em fase pré-operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **11. Partes relacionadas--Continuação**

As despesas inicialmente são suportadas pela ATG e/ou pela ATS, e, após a absorção de parcela correspondente às entidades beneficiárias, cabe a cada uma delas reembolsar a quota parte que, respectivamente, lhe cabem, em favor da ATG e/ou da ATS. As despesas são rateadas de acordo com os critérios estabelecidos em contrato, fixados de forma proporcional às suas efetivas utilizações por cada uma das partes.

#### Operações de mútuos

As operações de mútuos realizadas com partes relacionadas referem-se, principalmente, a transferências de valores entre as empresas ligadas de forma a cobrir eventuais despesas correntes de suas operações.

### **12. Eventos subsequentes**

Em 14 de março de 2024, foi aprovada em AGE o aumento de capital da ATG na ATS, no montante total de R\$ 102.000, dos quais R\$ 22.000 foram integralizados mediante capitalização de AFACs e R\$ 80.000 serão integralizados pela ATG, em moeda corrente, até 30 de abril 2025.

Na mesma data, foi realizada AGE de aumento de capital da ATS na ACS, no montante total de R\$ 90.000, dos quais R\$ 20.000 foram integralizados mediante capitalização de AFACs e R\$ 70.000 serão integralizados pela ATS, em moeda corrente, até 30 de abril 2025.

**ATS BRASIL S.A.**  
COMPANHIA FECHADA  
CNPJ nº 16.822.923/0001-69  
NIRE 33.300.304-380

**ANEXO II**  
**À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024**

**Publicação de Anúncio**

*[DOCUMENTOS SEGUEM NAS PRÓXIMAS PÁGINAS]*  
*[RESTANTE DA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]*

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**

Empresa: ATS BRASIL S A

NIRE: 333.0030438-0 Protocolo: 2024/00432860-8 Data do protocolo: 20/05/2024

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 22/05/2024 SOB O NÚMERO 00006248514 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DA7C48FFB21FDFF0FBA48F1967F352F4107056429D380C9F7796E1322F09392A

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



continuação



CAPEMISA Holding S/A  
CNPJ: 48.948.279/0001-66

**21. Transações com partes relacionadas:** A Controladora possui operações com partes relacionadas, realizadas em condições compatíveis com as de mercado. Os saldos decorrentes de tais transações estão demonstrados a seguir:

**Controladora:**

	Ativo		Passivo		Despesas	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Capemisa Instituto de Ação Social (iv)	-	-	34.632	5.160	-	-
Associação Clube Salutar (iv)	-	-	22	22	-	-
Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A (iv)	15.615	3.586	-	-	-	-
Capemisa Capitalização (iv)	2	4	-	-	-	-
Remunerações do pessoal-chave da Administração (vi)	-	-	-	-	180	-

**Seguradora:**

	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Capemisa Holding S.A. (iv)	-	-	15.615	3.586	-	-	-	-
Capemisa Instituto de Ação Social (iv)	49	85	2.386	27.860	8	8	-	-
Capemisa Capitalização S.A. (i)(ii)(iii)(iv)	1.177	5.819	-	-	2.169	1.925	1.581	1.248
Associação Clube Salutar (iv) (v)	-	-	54	76	-	-	678	701
Remunerações do pessoal-chave da Administração (vi)	-	-	-	-	-	-	16.977	14.117

**Capitalização:**

	Passivo		Receitas		Despesas	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A (i) (ii) (iii) (iv)	1.177	5.819	4.054	3.364	4.642	4.041
Capemisa Instituto de Ação Social (iv)	-	21	-	-	-	-
Capemisa Holding S.A. (iv)	2	4	-	-	-	-
Remunerações do pessoal-chave da Administração (vi)	-	-	-	-	3.712	2.952

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir: (i) Negociação de títulos de capitalização modalidade incentivo. O objetivo é ofertar aos clientes da Seguradora um ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurado pela Seguradora. Os valores relativos ao direito de resgate pela compra de títulos de capitalização são registrados no ativo de Títulos e créditos a receber da Seguradora. (ii) Reembolso de custos administrativos referente ao rateio de despesas comuns entre a Seguradora e Capitalização. Os custos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido no Instrumento Particular de Rateio de Custos e Despesas. (iii) Negociação de seguros de vida em grupo com o objetivo de dar cobertura de vida para os colaboradores da Capitalização. (iv) Destinação do lucro líquido por meio de dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP). (v) Valor referente a administração de apólice de seguros, cuja liquidação é efetuada mensalmente. (vi) Conforme determina o Estatuto Social, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração dos Administradores, referentes à remuneração e benefícios de curto e longo prazo. **22. Demonstrações dos resultados:** Detalhamos as rubricas das demonstrações dos resultados julgadas relevantes:

**a - Prêmios ganhos**

	Consolidado	
	Exercício findo em 31/12/2023	Período de 09/11/2022 a 31/12/2022
Prêmios emitidos de seguros	167.672	277.811
Prêmios cancelados de seguros	(5.080)	(597)
Prêmios restituídos de seguros	(8.983)	(1.492)
Planos de pecúlio - Capitalização	16.716	2.605
Planos de renda - pensão - Capitalização	1.187	200
Restituição de contribuições	(2.860)	(359)
Planos de pecúlio - Repartição simples	259.180	43.225
Provisão de prêmios não ganhos	(4.490)	(228)
Provisão matemática de benefícios a conceder	46.130	5.024
Outras provisões	(1.873)	2.574
	<b>467.599</b>	<b>78.733</b>

**b - Sinistros Ocorridos**

	Consolidado	
	Exercício findo em 31/12/2023	Período de 09/11/2022 a 31/12/2022
Despesas com benefícios indenizações avisadas	(79.069)	(13.148)
Provisão matemática de benefícios concedidos	(30.320)	(6.175)
IBNR	6.867	175
Despesas de sinistros	133	28
IBNR PDR	102	128
	<b>(105.474)</b>	<b>(20.683)</b>

**c - Custo de Aquisição**

	Consolidado	
	Exercício findo em 31/12/2023	Período de 09/11/2022 a 31/12/2022
Distribuição de título de capitalização	(162.172)	(28.246)
Comissões	(37.752)	(5.764)
Publicidade de vendas	(21.475)	-
Impressos e materiais de vendas	(19.270)	(3.784)
Despesas com administração de apólices	(4.384)	(527)
Preposto e Auditoria com sorteios	(2.989)	(589)
Vigilância	(1.754)	(275)
Outros custos de aquisição	(9.952)	(397)
	<b>(259.748)</b>	<b>(39.582)</b>

**d - Outras Receitas e Despesas Operacionais**

	Consolidado	
	Exercício findo em 31/12/2023	Período de 09/11/2022 a 31/12/2022
<b>Outras receitas operacionais Seguros</b>		
Outras receitas operacionais de seguros	344	48
Reversão (Provisão) de ajuste ao valor de realização de obrigações	(69)	(34)
	<b>275</b>	<b>14</b>
<b>Previdência</b>		
Outras receitas operacionais de previdência	76	29
	<b>76</b>	<b>29</b>
<b>Capitalização</b>		
Prescrição de títulos de capitalização	683	58
Outras receitas com títulos de capitalização	4	8
	<b>687</b>	<b>66</b>
	<b>1.038</b>	<b>109</b>

	Consolidado	
	Exercício findo em 31/12/2023	Período de 09/11/2022 a 31/12/2022
<b>Outras despesas operacionais Seguros</b>		
Administração de apólices	(25.348)	(4.901)
Despesas operacionais de seguros	(10.791)	(1.056)
Provisões civis	(190)	(63)
Outras despesas	(3.581)	(366)
Constituição de redução ao valor recuperável de títulos e créditos a receber	69	(31)
	<b>(39.841)</b>	<b>(6.417)</b>
<b>Previdência</b>		
Provisões civis	(5.592)	(395)
Outras despesas operacionais de previdência	(2.873)	(307)
Constituição de redução ao valor recuperável de títulos e créditos a receber	(224)	(72)
	<b>(8.689)</b>	<b>(774)</b>
<b>Capitalização</b>		
Consultorias	(5.110)	(268)
Constituição/Reversão de redução ao valor recuperável	(6.305)	(338)
Outras despesas com títulos de capitalização	(20)	(7)
	<b>(11.435)</b>	<b>(613)</b>
	<b>(59.965)</b>	<b>(7.804)</b>
	<b>(58.927)</b>	<b>(7.695)</b>

	Consolidado	
	Exercício findo em 31/12/2023	Período de 09/11/2022 a 31/12/2022
<b>e - Variações das provisões técnicas</b>		
Despesas com benefícios - administrativos	(68.887)	(12.158)
Varição de provisão para complementação de sorteios	(2.505)	(1.404)
Varição de provisão para despesas administrativas	(185)	(108)
Despesas com benefícios - judiciais	468	(1.099)
Outras provisões	(15.403)	9.460
	<b>(86.512)</b>	<b>(5.309)</b>

	Consolidado	
	Exercício findo em 31/12/2023	Período de 09/11/2022 a 31/12/2022
<b>f - Arrecadação com títulos de capitalização</b>		
Filantropia premiável	1.165.727	193.891
Incentivo	44.027	2.855
	<b>1.209.754</b>	<b>196.746</b>

	Consolidado		Controladora	
	Exercício findo em 31/12/2023	Período de 09/11/2022 a 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2023	Período de 09/11/2022 a 31/12/2022
<b>g - Despesas Administrativas</b>				
Pessoal e encargos	(98.544)	(13.522)	(148)	-
Serviços de terceiros	(29.122)	(5.665)	(203)	-
Localização e funcionamento	(12.955)	(1.929)	(10)	-
Publicidade e propaganda	(3.918)	(697)	-	-
Donativos e contribuições	(5.501)	(2.221)	-	-
Outras	(3.904)	(1.236)	(75)	-
	<b>(153.944)</b>	<b>(25.270)</b>	<b>(436)</b>	<b>-</b>

	Consolidado		Controladora	
	Exercício findo em 31/12/2023	Período de 09/11/2022 a 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2023	Período de 09/11/2022 a 31/12/2022
<b>h - Despesas com tributos</b>				
PIS e COFINS	(29.897)	(5.193)	(2.740)	(390)
Taxa de fiscalização	(1.880)	(174)	-	-
Impostos	(66)	(7)	-	-
Outros	(97)	(2)	(2)	-
	<b>(31.940)</b>	<b>(5.376)</b>	<b>(2.742)</b>	<b>(390)</b>

	Consolidado		Controladora	
	Exercício findo em 31/12/2023	Período de 09/11/2022 a 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2023	Período de 09/11/2022 a 31/12/2022
<b>i - Resultado Financeiro</b>				
<b>Receitas financeiras</b>				
Renda fixa	120.869	22.242	141	-
Receitas de assistência financeira	34.927	5.856	-	-
Atualização monetária depósitos judiciais	9.637	1.673	-	-
Outras receitas financeiras	4.842	366	68	-
	<b>170.275</b>	<b>30.137</b>	<b>209</b>	<b>-</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Provisões técnicas	(57.762)	(12.283)	-	-
Provisões civis, trabalhistas e tributárias	(11.194)	(1.979)	-	-
Despesas com perdas de assistência financeira	(4.154)	-	-	-
Provisões técnicas de capitalização	(3.289)	(526)	-	-
Constituição de redução ao valor recuperável de assistência financeira	(3.202)	(400)	-	-
Renda fixa	(925)	(160)	-	-
Reversão de redução ao valor recuperável e assistência financeira (baixa para perda)	4.154	-	-	-
Outras despesas com assistência financeira	(871)	(665)	-	-
Outras despesas financeiras	(555)	(81)	(9)	-
	<b>(77.798)</b>	<b>(16.094)</b>	<b>(9)</b>	<b>-</b>
	<b>92.477</b>	<b>14.043</b>	<b>200</b>	<b>-</b>

	Consolidado		Controladora	
	Exercício findo em 31/12/2023	Período de 09/11/2022 a 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2023	Período de 09/11/2022 a 31/12/2022
<b>j - Receitas e Despesas Patrimoniais</b>				
<b>Receitas patrimoniais</b>				
Receitas com aluguel	8	3	-	-
Ajuste de investimentos em controladas	-	1.544	89.710	18.049
Outros investimentos	8	1	-	-
	<b>16</b>	<b>1.548</b>	<b>89.710</b>	<b>18.049</b>
<b>Despesas patrimoniais</b>				
Depreciação	(18)	(3)	-	-
Ajuste a valor justo para propriedade de investimentos	3.051	(1.887)	-	-
Constituição de redução ao valor recuperável	(3)	(1)	-	-
Outros investimentos	(5)	(1)	-	-
	<b>3.025</b>	<b>(1.892)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>3.041</b>	<b>(344)</b>	<b>89.710</b>	<b>18.049</b>

	Consolidado		Controladora	
	Exercício findo em 31/12/2023	Período de 09/11/2022 a 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2023	Período de 09/11/2022 a 31/12/2022
<b>23. Imposto de Renda e Contribuição Social:</b> O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como segue:				
<b>Resultado antes do IRPJ/CSLL</b>				
Adições/exclusões permanentes e temporárias	130.683	130.683	27.012	27.012
<b>Lucro real</b>	<b>129.367</b>	<b>121.934</b>	<b>24.986</b>	<b>23.414</b>
Compensação de prejuízos fiscais 30%	(22.304)	(22.323)	(25.055)	(22.569)
<b>Base de cálculo</b>	<b>107.063</b>	<b>99.611</b>	<b>(69)</b>	<b>845</b>
Alíquota nominal (a)	25%	15%	25%	15%
<b>Impostos às alíquotas pela legislação vigente</b>	<b>27.485</b>	<b>15.402</b>	<b>5.077</b>	<b>3.083</b>
Incentivos fiscais (b)	(553)	-	(125)	-
Inovação Tecnológica - Lei do Bem (c)	(345)	(208)	-	-
<b>Impostos devidos</b>	<b>26.587</b>	<b>15.194</b>	<b>4.952</b>	<b>3.083</b>
<b>Impostos apresentados na demonstração do resultado</b>	<b>(27.883)</b>	<b>(16.068)</b>	<b>(5.810)</b>	<b>(3.543)</b>
Imposto corrente	(26.587)	(15.194)	(4.952)	(3.083)
Imposto diferido	(1.296)	(874)	(858)	(460)
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>21.34%</b>	<b>12.30%</b>	<b>21.51%</b>	<b>13.12%</b>

(a) No caso do IRPJ, além dos 15% sobre a base tributável, considera-se 10% sobre a parcela que exceder a R\$ 240 mil por ano, sendo aplicada proporcionalmente em períodos menores (R\$ 20 mil por mês). (b) Dentre os incentivos fiscais disponibilizados pelo governo, a Seguradora aderiu ao Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei nº 11.770/2008 e regulamentada pelo Decreto nº 10.854/2021, Programa de Incentivo ao Esporte, instituído pela Lei nº 11.438/2006 e o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) instituído pela Lei nº 6.321/1976 e regulamentada pelo Decreto nº 10.854/2021. (c) Refere-se aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem), instituída pela Lei nº 11.196/2005 e regulamentada pelo Decreto 5.798/2006.

**24. Outras informações:** 24.1. Seguros: Em 31 de dezembro de 2023, a Controladora mantém apólices de seguros D&O com vigência de 12 meses.

**h - Despesas com tributos**

	Consolidado		Controladora	
	Exercício findo em 31/12/2023	Período de 09/11/2022 a 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2023	Período de 09/11/2022 a 31/12/2022
PIS e COFINS	(29.897)	(5.193)	(2.740)	(390)
Taxa de fiscalização	(1.880)	(174)	-	-
Impostos	(66)	(7)	-	-
Outros	(97)	(2)	(2)	-
	<b>(31.940)</b>	<b>(5.376)</b>	<b>(2.742)</b>	<b>(390)</b>

**i - Resultado Financeiro**

	Consolidado		Controladora	
	Exercício findo em 31/12/2023	Período de 09/11/2022 a 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2023	Período de 09/11/2022 a 31/12/2022
<b>Receitas financeiras</b>				
Renda fixa	120.869	22.242	141	-
Receitas de assistência financeira	34.927	5.856	-	-
Atualização monetária depósitos judiciais	9.637	1.673	-	-
Outras receitas financeiras	4.842	366	68	-
	<b></b>			

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/637F-7751-79D2-26C3> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 637F-7751-79D2-26C3



### Hash do Documento

694DEFD6B09A470AE8A4AFFC7D3D85D2C86F2075B8A9090EFAA26651208C156D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - \*\*\*.729.427-\*\* em 17/04/2024 21:35  
UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -  
33.270.067/0001-03



**GYPSOLITE DO BRASIL S/A  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GESSO**

CNPJ/ME 33.965.146/0001-20 - NIRE nº 33 3 0016203 8

**Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação**

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Gypsolite do Brasil S/A Indústria e Comércio de Gesso, convocados para se reunirem no dia 24 de abril de 2024, às 08:00 horas, em chamada única e de modo digital, através da plataforma de videochamadas "Zoom", cujo link será encaminhado após a confirmação de presença através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, devendo no mesmo ato informar o nome completo, RG, CPF e e-mail do solicitante, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia**: **01.** Tomar conhecimento, discutir e aprovar o balanço social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **02.** Eleição dos membros da diretoria para mandato no período de 30 de abril de 2024 a 29 de abril de 2027. Duque de Caxias, 16 de abril de 2024. Eneida Melo Cruz - Diretora Presidente.

**AMERICAS CLEARING SYSTEM S.A.**

Companhia Fechada

CNPJ nº 19.157090/0001-57 - NIRE 33.3.0030969-1

**Aviso aos Acionistas**

A Americas Clearing System S.A. ("Companhia") informa aos acionistas e ao público em geral que, em razão do disposto no art. 294, inciso III, da Lei nº 6.404/76, a partir desta data, as publicações legais obrigatórias realizadas pela Companhia deixarão de ser realizadas no Jornal Diário Comercial e passarão a ser realizadas de forma eletrônica, na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Rio de Janeiro, 18 de abril de 2024. Claudio Pracownik - Diretor Presidente.

**CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.**

CNPJ Nº 18.204.378/0001-19 - NIRE Nº 33.3.0030772-9

**ATA DA 17ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2024**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 02 de abril de 2024, às 10:00 horas, por meio remoto, nos termos do parágrafo quarto do artigo 9º do Estatuto Social da Concessionária do VLT Carioca S.A. ("Concessionária" ou "Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO:** Convocação realizada nos termos do artigo 9º parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia. **3. PRESEÇA:** Reunião devidamente instalada, nos termos do artigo 9º, parágrafos terceiro e quarto do Estatuto Social, por meio remoto através do sistema *Atlas Governance*, com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **4. MESA:** Presidente: Marcio Magalhães Hannas. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (I) a doação, pela Concessionária, ao Município do Rio de Janeiro, com a gestão e acompanhamento do projeto pelo Instituto CCR ("ICCR"), de arte urbana (grafite) ao entorno do projeto, com a consequente necessidade de aditamento do contrato de prestação de serviços anteriormente firmado pela Concessionária e a Huma - Artes, Serviços e Eventos Ltda. ("HUMA") para a execução de grafite; e (II) a celebração do 10º termo aditivo ao Contrato de Parceria Público-Privada na modalidade de Concessão Patrocinada CVL Nº 010008/2013, entre o Município do Rio de Janeiro, como Poder Concedente, a Companhia, como Concessionária, e a Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR, como interveniente-anuente. **6. DELIBERAÇÕES:** Examinadas as matérias para deliberação constantes da ordem do dia, os Conselheiros deliberaram: **6.1. DOAÇÃO, PELA CONCESSIONÁRIA, AO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, COM A GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PELO ICCR, DE ARTE URBANA (GRAFITE) AO ENTORNO DO PROJETO, COM A CONSEQUENTE NECESSIDADE DE ADITAMENTO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ANTERIORMENTE FIRMADO PELA CONCESSIONÁRIA E A HUMA, PARA A EXECUÇÃO DE GRAFITE:** Aprovar, por unanimidade dos votos, nos termos do artigo 10, alíneas "s" e "x", do Estatuto Social da Companhia, observada a orientação de voto estabelecida em Reunião Prévia de Acionistas realizada em 01 de abril de 2024 às 11:00 horas, na forma da cláusula 4.1.4, alíneas "xxv" e "xxx" do Acordo de Acionistas, a doação, pela Concessionária, ao Município do Rio de Janeiro, com a gestão e acompanhamento do projeto pelo ICCR, de arte urbana (grafite) ao entorno do projeto, com a consequente necessidade de aditamento do contrato de prestação de serviços anteriormente firmado pela Concessionária e a HUMA para a execução de grafite, nos termos e condições apresentados aos membros do Conselho de Administração. **6.2. A CELEBRAÇÃO DO 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA MODALIDADE DE CONCESSÃO PATROCINADA CVL Nº 010008/2013, ENTRE O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, COMO PODER CONCEDENTE, A COMPANHIA, COMO CONCESSIONÁRIA, E A COMPANHIA CARIOCA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS - CCPAR, COMO INTERVENIENTE-ANUENTE:** Aprovar, por unanimidade dos votos, nos termos do artigo 10, alínea "u", do Estatuto Social da Companhia, observada a orientação de voto estabelecida em Reunião Prévia de Acionistas realizada em 01 de abril de 2024 às 11:00 horas, na forma da cláusula 4.1.4, alínea "xxvii" do Acordo de Acionistas, a celebração do 10º Aditivo ao Contrato de Parceria Público-Privada na modalidade de Concessão Patrocinada CVL Nº 010008/2013, nos termos e condições apresentados aos membros do Conselho de Administração. **7. MANIFESTAÇÕES E REGISTROS:** As manifestações de voto foram registradas por meio do Portal Atlas Governance e ficarão arquivadas na sede da Companhia. **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, que após conferida e validada por todos, foi encaminhada aos membros do Conselho de Administração da Companhia presentes. Rio de Janeiro/RJ, 02 de abril de 2024. **Mesa:** Marcio Magalhães Hannas - Presidente da mesa e Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária. **Membros:** [manifestação de voto] - Marcio Magalhães Hannas, [manifestação de voto] - Roberto Penna Chaves Neto, [manifestação de voto] - Pedro Paulo Archer Sutter, [manifestação de voto] - Marcus Vinicius Figur da Rosa, [manifestação de voto] - Waldo Edwin Pérez Leskovar e [manifestação de voto] - Roberto Vollmer Labarthe. JUCERJA 00006183099 em 15/04/2024 e Protocolo: 2024/00328998-6 em 12/04/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

**PANAIR DO BRASIL S.A.**

CNPJ Nº 30.112.437/0001-88 - NIRE 33.3.00114963

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2024** (Lavrada na forma de sumário, conforme o art. 130, parágrafo 1º da lei 6.404/76, atualizada pela Lei 10.303/2001). **(I) DIA, HORA, LOCAL:** 28 de março de 2024 às 11:00 horas, realizada, na Cidade do Rio de Janeiro, Rua do Mercado, 34, sala 1202 - Centro, em 1ª convocação. **(II) PUBLICAÇÃO DO EDITAL:** publicado do site e nas páginas, nos dias 11, 12 e 13 de março de 2024, cuja leitura e transcrição foram dispensadas por unanimidade dos presentes; verificada a presença de mais de acionistas detentores de mais de 2/3 das ações com direito a voto da Companhia. **(III) ORDEM DO DIA:** Em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: I) Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. II) Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. III) Re-eleger os administradores e estabelecer sua remuneração anual total. **(IV) MESA:** Rodolfo da Rocha Miranda, Presidente e Luiz Corrêa de Sá e Benevides, Secretário. **(V) DELIBERAÇÕES:** (I) Foram aprovadas por unanimidade as contas dos administradores e examinadas, discutir e aprovadas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. (II) Foram aprovadas por unanimidade as contas dos administradores e examinadas, discutir e aprovadas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. (III) Foram Eleitos para exercício de novo mandato de 3 (três) anos a contar desta data, para os cargos de Diretor Presidente e Diretor sem designação específica, respectivamente, os Srs. Rodolfo da Rocha Miranda, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 2.147.906, expedida pelo IFF e inscrito sob o nº 043.826.927-68, residente e domiciliado à Rua Marquês de São Vicente, nº 298, Gávea, Rio de Janeiro, RJ e Luiz Corrêa de Sá e Benevides, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 05710128-9, emitida pelo Instituto Felix Pacheco em 01/02/2009, e do CPF/MF nº 843456837-34, residente e domiciliado na Praça Eugênio Jardim, 19, apartamento 401 - Copacabana, Rio de Janeiro - RJ, sendo-lhes designada a remuneração anual global de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais). Cada um dos diretores, individualmente declarou para que todos oviduisssem, sob as penas da lei, para fins do disposto nos parágrafos 1º e 4º do art. 147 da lei 6.404/76, e, nos incisos II do art. 37, da lei 8.934/94, ciente de que qualquer declaração falsa importa em responsabilidade criminal, o seguinte: (1) não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, ou a pena ou condenação criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou que os impeça de exercer atividades empresariais ou a administração de sociedade empresariais; (2) possuem reputação ilibada; e (3) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não têm interesse conflitante com o da Companhia. Para os fins do artigo 149, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações, declaram que receberam eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão nos endereços indicados acima, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia; (IV) Por fim, ainda em Assembleia Geral Ordinária, resolveu-se que por falta de apuração de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não haverá distribuição de dividendos. **(VII) ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar pelo momento, foi a reunião suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, depois de lida e aprovada por todos os presentes. **(VIII) ASSINATURAS:** PAG Planejamento e Administração Guanabara S/C Representada por Rodolfo da Rocha Miranda e Izabel Rondon da Rocha Miranda; Maria Luiza da Rocha Miranda Figueira de Mello, Izabel Rondon da Rocha Miranda, Gilda Faria, Maria Pia da Rocha Miranda, Carolina da Rocha Miranda Dias Leite, Antonia da Rocha Miranda Dias Leite e, representados por Rodolfo da Rocha Miranda, Rafael Faria da Rocha Miranda, Joana da Rocha Miranda Gouvêa Vieira, Leticia Faria da Rocha Miranda, Maria Faria da Rocha Miranda. Atesto ser a presente cópia fiel da ata lavrada no Livro de Assembleias Gerais da Sociedade. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. Luiz Corrêa de Sá e Benevides - Secretário. JUCERJA nº 6173979 em 10/04/2024.

**PANAIR DO BRASIL S.A.**

CNPJ Nº 30.112.437/0001-88 - NIRE 33.3.00114963

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2024** (Lavrada na forma de sumário, conforme o art. 130, parágrafo 1º da lei 6.404/76, atualizada pela Lei 10.303/2001). **(I) DIA, HORA, LOCAL:** 28 de março às 11:30 horas, realizada, na Cidade do Rio de Janeiro, Rua do Mercado, 34, sala 1202 - Centro, em 1ª convocação. **(II) PUBLICAÇÃO DO EDITAL:** publicado do site e nas páginas, nos dias 19, 20 e 21 de março de 2024, no site do Diário Oficial do estado do Rio de Janeiro, e nos mesmos dias no periódico Diário do Comércio, cuja leitura e transcrição foram dispensadas por unanimidade dos presentes; verificada a presença de mais de acionistas detentores de mais de 2/3 das ações com direito a voto da Companhia. **(III) ORDEM DO DIA:** I) Aprovar a consolidação do estatuto Social da Companhia; e II) Olerar aos acionistas 1.000.000 de ações ordinárias nominativas mantidas em tesouraria; III) deliberar sobre o cancelamento de 1.902.042 (um milhão novecentas e duas mil e quarenta e duas) ações ordinárias nominativas mantidas em tesouraria. **(IV) MESA:** Rodolfo da Rocha Miranda, Presidente e Luiz Corrêa de Sá e Benevides, Secretário. **(V) DELIBERAÇÕES:** Em Assembleia Geral Extraordinária: (I) Foi aprovada a redação consolidada do Estatuto Social da Companhia, nos termos da redação que consta como Anexo II a esta ata, que foi lido em voz alta e por todos aprovada, tornando-se assim, sem efeito os todos os demais estatutos anteriores da Companhia. (II) Foi ratificada a oferta de 1.000.000 ações em tesouraria para venda aos acionistas. Como somente a acionista Maria Luiza da Rocha Miranda Figueira de Mello se dispusesse a adquiri-las, a transferência foi aprovada por unanimidade, pelo preço de R\$ 343.729,25 (trezentos e quarenta e três mil setecentos e vinte e nove reais e vinte e cinco centavos), observados o Patrimônio Líquido da Companhia, as perspectivas de rentabilidade e preço de mercado da Companhia, que foi por todos aceito e ratificado. (III) Foi aprovado o cancelamento de 1.902.042 (um milhão novecentas e duas mil e quarenta e duas) ações ordinárias nominativas mantidas em tesouraria. Tendo em vista que não haverá restituição de capital aos acionistas, não será efetuada redução do capital social da Companhia. O Artigo 5º do estatuto Social passa a ter a redação seguinte: **"Artigo 4º - O Capital Social é de R\$ 293.085,12 (duzentos e noventa e três mil oitenta e cinco reais e doze centavos), dividido em 14.471.922 (catorze milhões quatrocentos e setenta e uma mil novecentas e vinte e duas) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal."** (VII) **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar pelo momento, foi a reunião suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, depois de lida e aprovada por todos os presentes. **(VIII) ASSINATURAS:** PAG Planejamento e Administração Guanabara S/C Representada por Rodolfo da Rocha Miranda e Izabel Rondon da Rocha Miranda; Maria Luiza da Rocha Miranda Figueira de Mello, Izabel Rondon da Rocha Miranda, Gilda Faria, Maria Pia da Rocha Miranda, Carolina da Rocha Miranda Dias Leite, Antonia da Rocha Miranda Dias Leite e, representados por Rodolfo da Rocha Miranda, Rafael Faria da Rocha Miranda, Joana da Rocha Miranda Gouvêa Vieira, Leticia Faria da Rocha Miranda, Maria Faria da Rocha Miranda. Atesto ser a presente cópia fiel da ata lavrada no Livro de Assembleias Gerais da Sociedade. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. Luiz Corrêa de Sá e Benevides - Secretário. **ANEXO III - CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO DA COMPANHIA. Panair do Brasil S/A - Estatuto. Capítulo I - Da Denominação, Fins, Sede e Duração: Artigo 1º - A Panair do Brasil S/A, sociedade por ações, fundada em vinte e dois de outubro de mil novecentos e vinte e nove, tem por objeto a administração de bens próprios ou de terceiros e a participação como acionista ou colista em outras sociedades. Artigo 2º - A sociedade tem sede e domicílio na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e, a critério da Diretoria, pode criar filiais, agências, escritórios, depósitos, oficinas e outras dependências, em qualquer parte do país ou do estrangeiro." Artigo 3º - O prazo de duração é ilimitado. Capítulo II - Do Capital Social: Artigo 4º - O Capital Social é de R\$ 293.085,12 (duzentos e noventa e três mil oitenta e cinco reais e doze centavos), dividido em 14.471.922 (catorze milhões quatrocentos e setenta e uma mil novecentas e vinte e duas) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal; Parágrafo único - As ações serão sempre nominativas, ficando vedada a sua conversão em ato portador. Artigo 5º - As ações serão representadas, por certificados assinados pelo Diretor Presidente e mais um Diretor. Parágrafo Primeiro - A sociedade poderá emitir cauteles ou títulos múltiplos de ações em nome de pessoas jurídicas, respeitadas as disposições legais vigentes. Parágrafo Segundo - Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. Parágrafo Terceiro - As ações são indivisíveis em relação à sociedade. Capítulo III - Da Assembleia Geral. Artigo 6º - A Assembleia Geral é composta pelos acionistas inscritos no livro de registro respectivo, podendo se fazer representar por procurador, desde que seja também acionista. Parágrafo único - Uma vez convocada a Assembleia Geral, ficará suspenso o registro de transferência de ações até que seja realizada a Assembleia ou fique sem efeito a convocação respectiva. Artigo 7º - A Assembleia Geral será presidida por acionista indicado pelos demais e será secretariada por um acionista da escolha do Presidente da Mesa, que redigirá a Ata respectiva. Artigo 8º - A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á durante o mês de abril de cada ano na sede social, em local, dia e hora previamente fixados pela Diretoria no respectivo edital de convocação, cabendo-lhe tomar as contas da Diretoria, examinar e discutir o balanço e o parecer do Conselho Fiscal e sobre eles deliberar; eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, fixando-lhes os honorários. Artigo 9º - A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á quando convocada pela Diretoria, ou pelo Conselho Fiscal ou pelos Acionistas, na forma da Lei, deliberando sobre quaisquer assuntos de interesse social. Artigo 10º - As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria de votos dos presentes, excetuadas as disposições legais em contrário. Capítulo IV - Da Administração. Artigo 11º - São órgãos da Administração da Sociedade: I - a Diretoria. Artigo 12º - A Diretoria é composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, sendo um Diretor Presidente e uma Diretoria Executiva composta de Diretores, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato por dois anos, facultada a reeleição. Parágrafo único - O mandato da Diretoria será automaticamente estendido,**

independente do prazo do mandato estipulado em Assembleia até que nova Assembleia Geral Ordinária eleja novos membros ou renove os mandatos dos diretores com mandato. Artigo 13º - Compete a Diretoria Executiva, como órgão coletivo: a) Administrar a Sociedade estabelecendo os objetivos fundamentais que regerão as atividades da Sociedade; b) Tomar as providências necessárias à fiel execução das deliberações da Assembleia Geral; c) Convocar as Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias; d) Elaborar orçamento anual e Plurianual; e) Estabelecer a política de investimentos da sociedade, de remuneração e participação nos resultados; f) Nomear firma de auditores de reconhecida capacidade profissional, a qual procederá ao exame e aprovação dos balanços, livros e demais documentos da Sociedade que devem ser submetidos à Assembleia Geral; g) Reunir-se, ordinariamente, pelo menos uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada por qualquer Diretor; h) Constituir Procuradores; i) Estabelecer a política de investimentos e remuneração do quadro funcional; j) Mandar levantar balanços intermediários e propor a distribuição de dividendos intermediários e intercalares. Artigo 14º - As resoluções da Diretoria Executiva serão tomadas pela maioria de seus membros, cabendo a ela zelar pelo enquadramento das mesmas nos objetivos e diretrizes fundamentais fixadas pela Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro - Nas suas ausências ou impedimentos os Diretores serão substituídos entre si, pela forma que, em cada caso, resolverem, a Sociedade será administrada pelos remanescentes. Parágrafo Segundo - No caso de vagas, a Sociedade será, também, administrada pelos remanescentes até a primeira Assembleia Geral que se realizar. Artigo 15º - As obrigações da Sociedade que importem em renúncia de direitos, hipotecas, avais, fianças, empenhos ou alienação de bens sociais, aquisição ou arrendamento de bens imóveis para uso da Sociedade, ou, ainda, quaisquer espécies de negócios estranhos ao giro normal da Sociedade constituirão atos de deliberação da Diretoria Executiva por sua maioria, em exercício, sendo, entretanto, estes atos, praticados por dois Diretores. Artigo 16º - A Sociedade só ficará obrigada com a assinatura conjunta de dois Diretores ou de um Diretor e um Procurador constituído com poderes, bastantes. Parágrafo Primeiro - Excetuem-se da norma estabelecida neste artigo, os instrumentos e mandatos outorgados a um dos Diretores ou Procurador, devidamente constituído na forma do artigo 13, alínea h, através de instrumento particular ou público que contenha poderes específicos e por prazo limitado a (30) dias podendo nesse caso, a Sociedade ser representada e se obrigar por um diretor isoladamente. Parágrafo Segundo - Outrossim, excetua-se da norma estabelecida neste artigo, podendo a Companhia ser representada por qualquer dos seus diretores isoladamente, atos que tenham por objetivo o recebimento de fundos em favor da Companhia, sejam eles provenientes de ordens de pagamento, mandados requisitórios e/ou precatórios, desde que os fundos sejam destinados a conta bancária da Companhia. Artigo 17º - Compete ao Diretor Presidente em especial; a) Representar a Sociedade em juízo ou fora dele e perante demais autoridades; b) Presidir na forma destes Estatutos, às Assembleias Gerais da Sociedade; c) Fazer publicar o relatório anual da Sociedade; d) Cumprir as demais atribuições que lhe sejam conferidas pela Assembleia Geral. Artigo 18º - Aos demais Diretores compete: a) Um Diretor, escolhido pelos demais, substituir o Presidente nos casos de ausência ou impedimento; b) Dar execução aos encargos e superintender os setores que lhes forem atribuídos pela Diretoria Executiva, em reunião conjunta. Capítulo V - Do Conselho Consultivo. Artigo 19º - O Conselho Consultivo é órgão permanente da sociedade, sem poderes administrativos. Parágrafo Primeiro - O Conselho Consultivo será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, sem remuneração, todos eleitos em assembleia geral de acionistas, com mandato de 1 (um) ano, podendo ou não ser escolhidos dentre seus acionistas e administradores. Parágrafo Segundo - O Conselho Consultivo terá um presidente a ser escolhido pela Assembleia Geral de Acionistas. Parágrafo Terceiro - Compete ao Conselho Consultivo - (i) Propor medidas de preservação, enaltecimento e esclarecimento da história da companhia; (ii) propor medidas de valorização, desenvolvimento, e exploração comercial da marca PANAIR; (iii) identificar e propor desenvolvimento de atividades culturais para atingimento dos objetivos descritos nas alíneas precedentes; e (iv) propor o registro da marca PANAIR em atividades de propriedade industrial que permitam a sua exploração direta ou sob licença. Capítulo VI - Do Conselho Fiscal. Artigo 20º - O Conselho Fiscal não é órgão permanente da sociedade e somente será instalado quando solicitado por acionista, na forma da lei. Artigo 21º - O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto por 6 (seis) membros, sendo 3 (três) efetivos e 3 (três) suplentes, e terá as atribuições e poderes que lhes são fixados em Lei. Artigo 22º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. Capítulo VI - Do Exercício Social, Balanço, Contas e Distribuição de Lucros. Artigo 23º - O exercício social terá início em primeiro de janeiro e encerrar-se-á a trinta e um de dezembro. Artigo 24º - Ao término de cada exercício social, será levantado um balanço geral e, dos lucros líquidos aprovados, serão deduzidas as reservas legais, ficando o excedente à disposição da Assembleia Geral a criação de fundos especiais de reservas ou de ações. Capítulo VII - Da Liquidação. Artigo 25º - A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, devendo a Assembleia Geral nomear 2 (dois) liquidantes e eleger o Conselho Fiscal, determinando-lhes a remuneração, o modo e o prazo da liquidação. Capítulo VIII - Das Disposições Gerais e Transitórias. Artigo 26º - Em tudo quanto forem omissos os presentes Estatutos a sociedade se regerá pela Lei de Sociedades Anônimas e demais leis aplicáveis à espécie em geral e a cada caso concreto e particular. Luiz Corrêa de Sá e Benevides - Secretário. JUCERJA nº 6173994 em 10/04/2024.

<sup>1</sup> A Sede da Companhia consta da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de dezembro de 2017. <sup>2</sup> Conforme ata de AGE de 23 de outubro de 2006 e AGE de 21 de março de 2024. <sup>3</sup> Alteração feita em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de março de 2017. <sup>4</sup> Alteração feita em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de fevereiro de 2016. <sup>5</sup> Alteração feita em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 6 de julho de 2018. <sup>6</sup> Alteração feita em Assembleia Geral de 3 de novembro de 2020.

**VIACÃO ACARI S/A.**

CNPJ: 33.197.120/0001-80

**CONVOCAÇÃO:** Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem em assembleia geral ordinária, conjuntamente, no dia 29/04/2024, às 9:30 horas em 1ª convocação com a totalidade dos acionista, em nossa sede social na Rua Miguel Rangel, 493, Cascadura, RJ, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; b) destinação do resultado do exercício; c) eleição da diretoria e a fixação de seus honorários; d) assuntos gerais. Informamos que documentos a que se refere o art. 133 da lei 6404/76, encontram-se a disposição dos senhores acionistas na sede da sociedade. Rio Janeiro, 17 de Abril de 2024 - A Diretoria.

**GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S.A.**

CNPJ/MF nº 17.765.891/0001-70

NIRE 33.3.0030675-7 - Companhia Fechada

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 2024 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO.** Ficam convocados os acionistas do GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S.A. ("Companhia"), na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, a comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 8 de maio de 2024, às 10 horas ("Assembleia"), na sede social da Companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo de Brito, nº 13, Botafogo, CEP 228-200-10, a fim de discutirem e deliberarem sobre: (i) a ratificação do *caput* do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, com a sua consequente consolidação e homologação; e (ii) a ratificação de todas as deliberações tomadas em Assembleias Gerais da Companhia realizadas no período entre 16 de fevereiro de 2024 e a data de realização da Assembleia. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à Assembleia portando documento de identidade. Nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. A Administração da Companhia, adicionalmente, permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos e instruções adicionais que se façam necessários. Rio de Janeiro, 17 de abril de 2024. **Maria Eduarda de Arruda Falcão Vasconcellos** - Presidente do Conselho de Administração.

**ATS BRASIL S.A.**

Companhia Fechada

CNPJ nº 16.822.923/0001-69 - NIRE 33.300.304-380

**Aviso aos Acionistas**

A ATS Brasil S.A. ("Companhia") informa aos acionistas e ao público em geral que, em razão do disposto no art. 294, inciso III, da Lei nº 6.404/76, a partir desta data, as publicações legais obrigatórias realizadas pela Companhia deixarão de ser realizadas no Jornal Diário Comercial e passarão a ser realizadas de forma eletrônica, na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Rio de Janeiro, 18 de abril de 2024. Claudio Pracownik - Diretor Presidente.

**ATG AMERICAS TRADING GROUP S.A.**

Companhia Fechada

CNPJ/MF 10.828.610/0001-31 - NIRE 33300290265

**Aviso aos Acionistas**

A ATG Americas Trading Group S.A. ("Companhia") informa aos acionistas e ao público em geral que, em razão do disposto no art. 294, inciso III, da Lei nº 6.404/76, a partir desta data, as publicações legais obrigatórias realizadas pela Companhia deixarão de ser realizadas no Jornal Diário Comercial e passarão a ser realizadas de forma eletrônica, na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Rio de Janeiro, 18 de abril de 2024. Claudio Pracownik - Diretor Presidente.

**DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO**

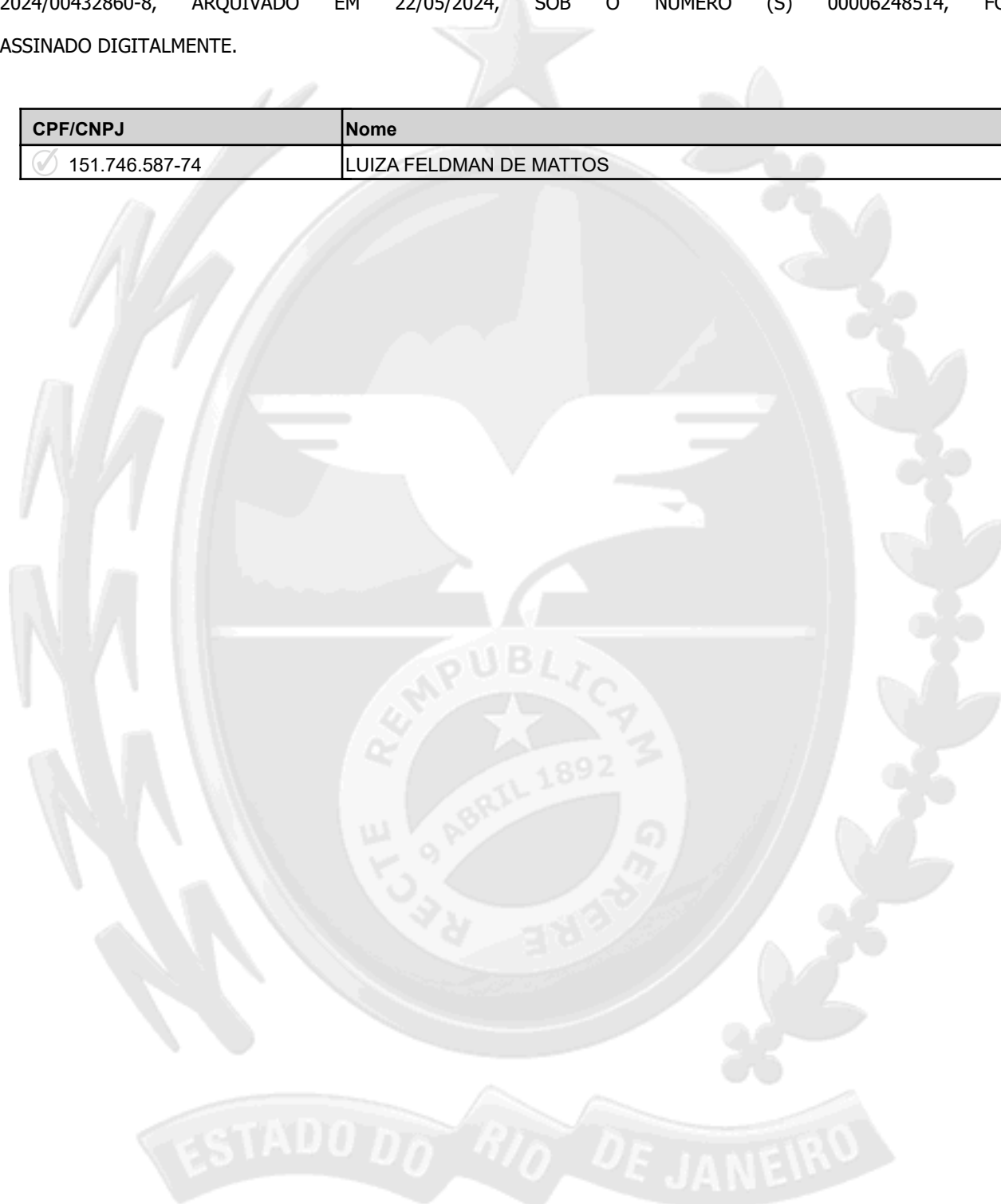
A **Rio's Capitalização S.A.**, por intermédio da presente publicação: **1. DECLARA** sua intenção de obter o cancelamento de sua autorização de funcionamento como sociedade de capitalização; e **2. ESCLARECE** que, nos termos da regulamentação em vigor, eventuais impugnações à presente declaração deverão ser comunicadas diretamente à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, na Avenida Presidente Vargas 730, 9º andar - Rio de Janeiro, no prazo máximo de quinze dias, contados da data desta publicação, por meio de documento em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que o(s) declarante(s) poderá(ão), na forma da legislação em vigor, ter direito a vista do respectivo processo. Denominação social: Rio's Capitalização S.A. Local e sede: Rua do Passeio nº 42, 6º pavimento, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.021-290. Objeto social: sociedade de capitalização Controlador: Sul América Santa Cruz Participações S.A. (CNPJ nº 92.664.937/0001-80), controladora direta e titular de 100% do capital social, e Rede D'Or; Sól Luiz S.A. (CNPJ nº 06.047.087/0001-39), controladora indireta final e titular indireta de 100% do capital social. Rio de Janeiro, 16 de abril de 2024.



### IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA ATS BRASIL S A, NIRE 33.3.0030438-0, PROTOCOLO 2024/00432860-8, ARQUIVADO EM 22/05/2024, SOB O NÚMERO (S) 00006248514, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
<input checked="" type="checkbox"/> 151.746.587-74	LUIZA FELDMAN DE MATTOS



22 de maio de 2024.

**Gabriel Oliveira de Souza Voi**  
 Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ATS BRASIL S A

NIRE: 333.0030438-0 Protocolo: 2024/00432860-8 Data do protocolo: 20/05/2024

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 22/05/2024 SOB O NÚMERO 00006248514 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DA7C48FFB21FD0E0FBA48F1967F352F4107056429D380C9F7796E1322F09392A

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 47/47